



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Nº ÚNICO: 0011002-24.1994.8.10.0001

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 001210/2015 – SÃO LUÍS (MA)

APELANTE : Ministério Público Estadual

PROMOTOR DE JUSTIÇA : Rodolfo Soares dos Reis

1º APELADO : Josenilson Rocha Durans

DEFENSOR PÚBLICO : Audisio Nogueira Cavalcante Junior

2º APELADO : Jorlielson Chagas Martins

DEFENSOR DATIVO : Dagoberto Nava da Silva Filho

INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, *caput*, do CPB

RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

RESUMO

• **Objeto:**

- Cuida-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, inconformado com a decisão proferida pelo juízo de direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri do termo judiciário de São Luís/MA, que absolveu Jorlielson Chagas Martins e Josenilson Rocha Durans, vulgo “Nilson Pesão”, da imputação delitiva encartada no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal¹.

• **Fatos e circunstâncias do crime:** extraídos da denúncia

- Os acusados Jorlielson Chagas Martins e Josenilson Rocha Durans no dia primeiro do ano em curso (1994), por volta das 12:30 horas, na Vila Palmeira, a tiros de revólver assassinaram a vítima Nilson Moraes de Sousa, conhecido por “Nilson Baleia”, conforme se verifica do exame cadavérico de fls. 04, do Auto Suplementar.

- Consta também, da peça informativa, que os acusados assassinaram a vítima “Nilson Baleia”, porque esta tempos atrás foi quem fornecera um revólver para que matassem um colega do acusado Jorlielson de nome Herbeth.

- Assim quando a vítima “Nilson Baleia”, pedalava uma bicicleta na direção do Parque Folclórico da Vila Palmeira, os acusados inesperadamente saíram de um estabelecimento denominado “TAXI LANCHES”, empunhando seus revólveres, disparando à queima roupa contra a vítima.

- Extraí-se, ainda, da fase investigatória que os autores do assassinato e a vítima do crime desenvolviam-se atividades relacionados com o tráfico de maconha no bairro da Vila Palmeira.

- Finalmente, relata o Inquérito Policial, que praticado o homicídio, os acusados fugiram do local correndo sendo perseguidos pelo soldado-PM, Alberto Luiz Barros Pereira, sendo que o primeiro acusado Jorlielson foi

¹ § 2º Se o homicídio é cometido: [...]

II - por motivo fútil; [...].

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; [...].



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

preso em flagrante enquanto o segundo “Nilson Pesão” conseguiu evadir-se, tomando rumo ignorado.

• **RAZÕES RECURSAIS – fls. 530/532:**

- A pretensão recursal do Ministério Público mira, com base no art. 593, § 3º, do CPP², sejam os recorridos submetidos a novo julgamento, por entender que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.
- A alegação do MPE de 1º grau circunscreve-se, em resumo, ao argumento de que a decisão absolutória do Conselho de Sentença caracterizou-se pela arbitrariedade, pois, no seu entender, não há nos autos embasamento probatório para o acolhimento da tese defensiva de negativa de autoria, a não ser do próprio do acusado Josenilson Rocha Durans, quando do seu interrogatório em plenário.

• **PARECER DA PGJ:** fls. 603/605 – **Lígia Maria Silva Cavalcanti**. Conhecimento e improvimento do recurso.

- Entende a fim de que seja mantida a decisão soberana dos jurados, uma vez que a tese de negativa de autoria, adotada pelo Conselho de Sentença, está baseada em provas produzidas em plenário, a exemplo do interrogatório de Josenilson Rocha Durans (DVD – fls. 513), assim como os depoimentos das testemunhas José Ribamar Barros dos Anjos e Maria José Lobato Rodrigues, que não conseguiram identificar o autor do crime apurados nos autos, igualmente registrados na mídia de fls. 513.

• **VOTO:** Conhecimento e improvimento

1. Da natureza da decisão do Tribunal do Júri e a soberania dos veredictos

- Destaquei, inicialmente, que diante do princípio constitucional da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, estamos desautorizados a rever a decisão, tanto no aspecto meritório, quanto na matéria fática, sob pena de nos transformarmos em reais instâncias de julgamento, subvertendo, de forma indevida, a competência conferida ao Tribunal do Júri.
- Enfatizei que os processos afetos ao júri, integrado por pessoas integrantes da sociedade civil (jurados), o sistema adotado é o da íntima convicção, onde o julgador tem a total liberdade na formação do seu convencimento, onde dispensa-se qualquer motivação sobre as razões de decidir.

2. Da alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos:

- *In casu*, entendi, em consonância com o parecer da PGJ, que a soberana decisão do eg. Conselho de Sentença é insindicação, por ter acolhido a tese que lhe pareceu mais convincente – negativa de autoria –, a qual encontra, sim, suporte no arcabouço probatório
- Além da negativa de autoria produzida pelo próprio recorrido Josenilson Rocha Durans, as testemunhas

² Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...]

§ 3º Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Maria José Lobato Rodrigues e José Ribamar Barros dos Anjos não conseguiram identificar os autores do crime que ceifou a vida da vítima Nilson Moraes de Sousa.

- Maria José Lobato Rodrigues, que à época dos fatos trabalhava numa lanchonete próxima do local do crime, somente ouviu os disparos que atingiram a vítima. Ela afirmou durante a sessão de julgamento, que “recorda que uma pessoa pediu uma carteira de cigarros, mas não tem certeza de quem seria, pois era a primeira vez que estava vendo aquela pessoa”. Confirmou, ademais, o que disse em depoimento anterior que essa pessoa que comprou cigarros na lanchonete, tinha feições parecidas com o recorrido Jorlielson, mas como tudo aconteceu muito rápido não tem como confirmar se era mesmo Jorlielson, pois tem dúvidas. Quanto ao recorrido Josenilson Rocha Durans (presente na sessão de julgamento), a testemunha Maria José Lobato Rodrigues disse que não viu se este estava no dia dos fatos;

- A testemunha José Ribamar Barros dos Anjos, foi o policial que estava de plantão no dia dos fatos. Seu depoimento é pouco esclarecedor. Não esteve no local do crime. Na verdade, pouco se recorda dos fatos, pois acompanhou muito pouco do caso. Não se recorda nem mesmo do condutor da prisão de Jorlielson.

- Ou seja, a tese de negativa de autoria encontra apoio no interrogatório do recorrido Josenilson Rocha Durans, bem como nos depoimentos das testemunhas Maria José Lobato Rodrigues e José Ribamar Barros dos Anjos, e assim sendo, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

- Aliás, bom que se diga, que decisão manifestamente contrária à prova dos autos deve ser entendida como aquela em que o Conselho de Sentença ignora, por completo, o conjunto probatório colhido ao longo da persecução criminal, conduzindo o julgamento a um resultado totalmente dissociado da realidade apresentada nos autos. O que não é o caso sob testilha.

• **CONCLUSÃO:**

- De acordo com o parecer ministerial da d. Procuradoria Geral de Justiça, nego provimento ao recurso, para, nessa balada, manter a sentença vergastada, em todos os seus termos.

OBS: FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS:

Em observância à Tabela de Honorários da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Maranhão³, fixo os honorários advocatícios no valor de R\$ 1.730,00 (um mil e setecentos e trinta reais), a serem pagos pelo Estado do Maranhão ao defensor dativo nomeado para apresentar as contrarrazões recursais, Dagoberto Nava da Silva Filho, OAB/MA nº 9.217 (fls. 593).

³ Disponível em: <http://www.oabma.org.br/servicos/tabela-de-honorarios>



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA ____ DE MARÇO DE 2015.

Nº ÚNICO: 0011002-24.1994.8.10.0001

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 001210/2015 – São Luís (MA)

APELANTE : Ministério Público Estadual

PROMOTOR DE JUSTIÇA : Rodolfo Soares dos Reis

1º APELADO : Josenilson Rocha Durans

DEFENSOR PÚBLICO : Audisio Nogueira Cavalcante Junior

2º APELADO : Jorlielson Chagas Martins

DEFENSOR DATIVO : Dagoberto Nava da Silva Filho

INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, caput, do CPB

RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

ACÓRDÃO Nº _____

EMENTA. PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §2º, INCISOS II E IV, DO CPB). PLEITO DE NULIDADE DO JULGAMENTO. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO PELOS JURADOS DE UMA DAS TESES APRESENTADAS EM PLENÁRIO. NEGATIVA DE AUTORIA. DECISÃO QUE ENCONTRA APOIO NO CONJUNTO PROBATÓRIO. RESPEITO À SOBERANIA DOS VEREDICTOS. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Decisão manifestamente contrária à prova dos autos deve ser entendida como aquela em que o Conselho de Sentença ignora, por completo, o conjunto probatório colhido ao longo da persecução criminal, conduzindo o julgamento a um resultado totalmente dissociado da realidade apresentada nos autos.

2. Observando-se que existem nos autos elementos aptos a respaldar a tese de negativa de autoria acolhida pelo Conselho de Sentença, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

3. Havendo nos autos elementos probatórios, mínimos que sejam, sustentando a tese defensiva, os juízes leigos têm a liberdade de abraçá-la, porque lhes pareceu mais convincente, sendo insidicável sua decisão, nesse aspecto, em homenagem à soberania dos veredictos, constitucionalmente assegurada, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea c.

4. Recurso conhecido e não provido. Mantida a decisão absolutória do Conselho de Sentença.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida, José Bernardo Silva e Vicente de Paula Gomes de Castro (Presidente). Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. ____.

São Luís, __ de março de 2015.

DESEMBARGADOR Vicente de Paula Gomes de Castro

PRESIDENTE

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 001210/2015 – SÃO LUÍS (MA)

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Cuida-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, inconformado com a decisão proferida pelo juízo de direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri do termo judiciário de São Luís/MA, que absolveu Jorlielson Chagas Martins e Josenilson Rocha Durans, vulgo “Nilson Pesão”, da imputação delitiva encartada no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal⁴.

Colho o seguinte relato da denúncia de fls. 02/04:

[...] que os acusados JORLIELSON e JOSENILSON no dia primeiro do ano em curso (1994), por volta das 12:30horas, na Vila Palmeira, a tiros de revólver assassinaram a vítima NILSON MORAES DE SOUSA, conhecido por “NILSON BALEIA”, conforme se verifica do exame cadavérico de fls. 04, do Auto Suplementar.

Consta também, da peça informativa, que os acusados assassinaram a vítima “NILSON BALEIA”, porque esta tempos atrás foi quem fornecera um revólver para que matassem um colega do acusado JORLIELSON de nome HERBETH. Assim quando a vítima “NILSON BALEIA”, pedalava uma bicicleta na direção do Parque Folclórico da Vila Palmeira, os acusados inesperadamente saíram de um estabelecimento denominado “TAXI LANCHES”, empunhando seus revólveres, disparando à queima roupa contra a vítima. Extrai-se, ainda, da fase investigatória que os autores do assassinato e a vítima do crime desenvolviam-se atividades relacionados com o tráfico de maconha no bairro da Vila Palmeira.

Finalmente, relata o Inquérito Policial, que praticado o homicídio, os acusados fugiram do local correndo sendo perseguidos pelo soldado-PM-Alberto Luiz Barros Pereira, sendo que o primeiro acusado JORLIELSON foi preso em flagrante enquanto o segundo “NILSON PESÃO” conseguiu evadir-se, tomando rumo ignorado [...].

⁴ § 2º Se o homicídio é cometido: [...]

II - por motivo fútil; [...].

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; [...].



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

A denúncia foi recebida em 29 de dezembro de 1994, às fls. 05.

Qualificado e interrogado, às fls. 12/13, o acusado Jorlielson Chagas Martins apresentou defesa prévia, às fls. 21/22.

Decretada a revelia do acusado Josenilson Rocha Durans e a prisão preventiva, às fls. 24/24v e 34/35, respectivamente.

No curso da instrução criminal, na fase do juízo de admissibilidade da acusação, foram ouvidas as seguintes testemunhas arroladas pelo Ministério Público: Alberto Luís Barros Pereira, Maria José Lobato Rodrigues, José Ribamar dos Anjos (fls. 46/48v.).

Defesa prévia do acusado Josenilson Rocha Durans, às fls. 72.

Após as alegações finais, os acusados foram pronunciados, às fls. 126/129, a fim de serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri, pela prática da infração penal prevista no art. 121, incisos I e IV, do Código Penal.

Decreto de prisão preventiva do recorrido Jorlielson Chagas Martins e Josenilson Rocha Durans, às fls. 137/139.

Laudo de perícia papiloscópica, às fls. 152/156.

Manutenção da prisão preventiva do acusado Josenilson Rocha Durans, às fls. 285/287.

Relatórios dos autos, às fls. 382/383, 418/419, 449/449v. e 489/489v.

Os recorridos foram submetidos a julgamento perante o eg. Tribunal do Júri Popular, na sessão plenária de julgamento, realizada em 21 de março de 2014, no termo judiciário de São Luís/MA.

Na instrução plenária, foram ouvidas as testemunhas José Ribamar Barros dos Anjos (fls. 509), Alberto Luís Barros Pereira (fls. 510) e Maria José Lobato Rodrigues (fls. 511), todas arroladas pelo Ministério Público e defesa.

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Em continuidade, o recorrido Josenilson Rocha Durans foi qualificado e interrogado em plenário, às fls. 512/512v.

Conforme termo de assentada de fls. 508/508v., o recorrido Jorlielson Chagas Martins não compareceu à sessão de julgamento.

Em conformidade com o art. 405, §§ 1º e 2º e art. 475, ambos do CPP, todos os depoimentos foram gravados na mídia de fls. 513.

Após a quesitação (fls. 515/515v. e 516/516v.), o Conselho de Sentença não acolheu a proposição levantada pelo *Parquet*, e absolveu os recorridos, conforme se depreende da decisão exarada às fls. 517/518v. destes autos.

Ata do julgamento dos acusados Jorlielson Chagas Martins e Josenilson Rocha Durans, às fls. 519/520v.

Alvarás de soltura dos apelados Jorlielson Chagas Martins e Josenilson Rocha Durans, às fls. 523/523v e 542/542v., respectivamente.

Contra essa decisão absolutória do Conselho de Sentença, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, e em suas razões, às fls. 530/532, requer a renovação do julgamento por entender que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

Gráfico das lesões sofridas pela vítima Nilson Moraes Sousa, às fls. 538/539.

Nas contrarrazões de fls. 578/583, a defesa de Josenilson Rocha Durans pugna pela manutenção do julgamento, sustentando que a decisão dos jurados é perfeitamente compatível, não havendo qualquer contrariedade à prova dos autos.

A defesa de Jorlielson Chagas Martins, por sua vez, apresentou as contrarrazões recursais às fls. 588/593, pedindo a manutenção da decisão do Conselho de Sentença que acolheu, por maioria de votos, a tese de negativa de autoria. Pugna, ademais, a fixação de honorários conforme tabela da OAB/MA.

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Em seu douto parecer de fls. 603/605, a Procuradora de Justiça Lígia Maria Silva Cavalcanti opinou pelo conhecimento e improvimento do recurso, a fim de que seja mantida a decisão soberana dos jurados, uma vez que a tese de negativa de autoria, adotada pelo Conselho de Sentença, está baseada em provas produzidas em plenário, a exemplo do interrogatório de Josenilson Rocha Durans (DVD – fls. 513), assim como os depoimentos das testemunhas José Ribamar Barros dos Anjos e Maria José Lobato Rodrigues, que não conseguiram identificar o autor do crime apurados nos autos, igualmente registrados na mídia de fls. 513.

É o relatório.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

VOTO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator):

Presentes estão os pressupostos de admissibilidade do recurso, razão pela qual, dele conheço.

Consoante relatado, Josenilson Rocha Durans e Jorlielson Chagas Martins foram denunciados por incidência comportamental no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal⁵, e, após regular instrução, foram absolvidos pelo Conselho de Sentença, em sessão de julgamento realizada em 21 de março de 2014, conforme se depreende da sentença exarada às fls. 517/518v. destes autos, advindo, então, o inconformismo recursal.

Ao exame das razões do apelo (fls. 530/532), observo que a pretensão recursal do Ministério Público mira, com base no art. 593, § 3º, do CPP⁶, sejam os recorridos submetidos a novo julgamento, por entender que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

A alegação do MPE de 1º grau circunscreve-se, em resumo, ao argumento de que a decisão absolutória do Conselho de Sentença foi arbitrária, pois, no seu entender, não há nos autos embasamento probatório para o acolhimento da tese defensiva de negativa de autoria, a não ser do próprio do acusado Josenilson Rocha Durans, quando do seu interrogatório em plenário.

Assim fixado o ponto de irresignação recursal, analiso-o doravante.

1. Da natureza jurídica da decisão do Tribunal do Júri e a soberania dos veredictos

Prima facie, não é despciendo registrar que o princípio constitucional da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri Popular desautoriza que suas decisões

⁵ § 2º Se o homicídio é cometido: [...]

II - por motivo fútil; [...].

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; [...].

⁶ Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...]

§ 3º Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

sejam revistas, tanto em seu aspecto meritório, quanto à matéria fática, pelos Tribunais togados, sob pena de transformarem-se em reais instâncias de julgamento, subvertendo, de forma absolutamente indevida, a competência constitucional conferida ao Tribunal do Júri.

Desse modo, ao contrário da apelação interposta contra as decisões do juízo singular, na qual toda a matéria é devolvida para conhecimento e julgamento, no recurso contra a decisão do Tribunal do Júri, o órgão *ad quem* fica adstrito ao objeto trazido na insurgência.

Nesse sentido, o entendimento da Suprema Corte, exteriorizado no enunciado da Súmula nº 713: **“o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição”**.

Com efeito, só é lícito retocar as decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, em sede recursal, quando eivadas de flagrante nulidade, ou na hipótese de estarem inequivocamente dissociadas das provas produzidas nos autos, o que, desde já adianto, não vislumbro na espécie. E, mesmo em tais casos, ressalto, o Tribunal *ad quem* jamais fará outro julgamento, apenas o anulará, determinando o retorno dos autos para que o acusado seja submetido a novo Júri.

De concluir, à luz do exposto, que na análise da insurgência, a instância recursal deve abster-se de emitir qualquer juízo de valor sobre a justiça da decisão tomada pelo Tribunal do Júri ou sobre a força probatória de determinados elementos de prova produzido nos autos, sob pena de estar influenciando no próprio mérito do édito popular.

Em arrimo a tais considerações, transcrevo esclarecedor ensinamento doutrinário:

[...] **A soberania dos veredictos alcança o julgamento dos fatos. Os jurados julgam os fatos. Esse julgamento não pode ser modificado pelo juiz togado ou pelo tribunal que venha a apreciar um recurso.** Daí que em hipótese de julgamento manifestamente contrário à prova dos autos, a apelação provida terá o condão de nulificar o julgamento e mandar o acusado a um novo júri. **Note-se que o tribunal não altera o julgamento para condenar ou absolver o acusado,** ou

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

mesmo para acrescentar ou suprimir qualificadora. Como a existência do crime e de suas circunstâncias é matéria fática, sobre ela recai o princípio da soberania dos veredictos, não podendo seu núcleo ser vilipendiado, senão por uma nova decisão do Tribunal Popular. Contudo, em prol da inocência, tal princípio não é absoluto, admitindo-se que o Tribunal de Justiça absolva de pronto o réu condenado injustamente pelo júri em sentença transitada em julgado, no âmbito de ação de revisão criminal [...]⁷.

(Destaques não constam no texto original)

Em igual sentido, cito precedente do Supremo Tribunal Federal:

*HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. JÚRI. ACOLHIMENTO DE TESE DA DEFESA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA. Decisão dos jurados que acolheu a tese do homicídio privilegiado, com base no histórico de discussões entre vítima e réu e no depoimento de testemunha que afirmou ter escutado vozes em tom exaltado momentos antes do crime. Inexistência de decisão arbitrária ou inverossímil. Em verdade, o Tribunal de Justiça considerou a prova de acusação mais sólida do que a de defesa, avaliação esta, entretanto, que é reservada ao Tribunal do Júri, juízo natural da causa, com base no critério da íntima convicção. Assim, **por não caber à Justiça togada, nos estreitos limites da apelação contra veredicto do Tribunal do Júri, desqualificar prova idônea produzida sob o crivo do contraditório, a decisão é ilegal.** Ordem concedida para cassar a determinação de realização de novo julgamento pelo Júri, com base no art. 593, III, d, do Código de Processo Penal⁸.*

(Destaques não constam no texto original)

Acresça-se, por oportuno, que nos julgamentos afetos ao Tribunal do Júri, integrado por pessoas integrantes da sociedade civil (jurados), o sistema de apreciação das provas é o da íntima convicção, ou seja, o julgador tem total liberdade na formação de seu convencimento, dispensando-se qualquer motivação sobre as razões que o levaram a esta ou àquela decisão, podendo, inclusive, utilizar-se de quaisquer provas contidas nos autos. Sobre o tema, colaciona-se aresto do Superior Tribunal de Justiça:

⁷ TÁVORA, Nestor. ROSMAR, Rodrigues Alencar. **Curso de Direito Processual Penal**. 8. Ed. JusPodivm, 2013, p. 827/828.

⁸ STF – HC nº 85904, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 13/02/2007, DJe-047 DIVULG 28-06-2007 .



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO SIMPLES. ALEGADA CONDENAÇÃO COM BASE EM PROVA COLHIDA EXCLUSIVAMENTE NA FASE INQUISITORIAL. ART. 155 DO CPP. TRIBUNAL DO JÚRI. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. SIGILO DAS VOTAÇÕES. ÍNTIMA CONVICÇÃO DOS JURADOS. DESNECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DE QUAIS PROVAS FORAM UTILIZADAS PELA CORTE POPULAR AO DECIDIR PELA CONDENAÇÃO DO PACIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. Conquanto seja pacífica a orientação segundo a qual nenhuma condenação pode estar fundamentada exclusivamente em provas colhidas em sede inquisitorial, tal entendimento deve ser visto com reservas no âmbito do procedimento dos crimes dolosos contra a vida.
2. A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXVIII, alíneas "b" e "c", conferiu ao Tribunal do Júri a soberania dos seus veredictos e o sigilo das votações, tratando-se de exceção à regra contida no inciso IX do art. 93, razão pela qual não se exige motivação ou fundamentação das decisões do Conselho de Sentença, fazendo prevalecer, portanto, como sistema de avaliação das provas produzidas a íntima convicção dos jurados.
3. Após a produção das provas pela defesa e pela acusação na sessão plenária, a Corte Popular tão somente responde sim ou não aos quesitos formulados de acordo com a **livre valoração das teses apresentadas pelas partes**. Por esta razão, **não havendo uma exposição dos fundamentos utilizados pelo Conselho de Sentença para se chegar à decisão proferida no caso, é impossível a identificação de quais provas foram utilizadas pelos jurados para entender pela condenação ou absolvição do acusado, o que torna inviável a constatação se a decisão baseou-se exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial ou nas provas produzidas em juízo, conforme requerido na impetração.**
4. Além disso, da leitura das atas de audiências acostadas aos autos, observa-se que os depoimentos das testemunhas foram renovados em juízo com o respeito ao contraditório, provas estas que seriam idôneas a serem utilizadas pelos jurados para entender pela condenação do acusado, razão pela qual não se vislumbra a mácula aventada [...]⁹.

(Destaques não constam nos originais)

⁹ STJ - HC nº 209.107/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 19/10/2011.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Gizadas essas ponderações, no âmbito da devolutividade do presente apelo, passo ao exame da questão posta na presente insurgência recursal.

2. Da alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos

A materialidade do delito, a despeito de não ter sido objetada no apelo, restou-me insofismável, conforme gráfico das lesões sofridas pela vítima Nilson Moraes Sousa, às fls. 538/539, necropsiado em 01/10/1994.

Com efeito, no âmbito da devolutividade do presente apelo ministerial resta-nos examinar o argumento segundo o qual a decisão do Conselho de Sentença, que acolheu a tese de negativa de autoria, seria manifestamente contrária à prova dos autos.

Conforme assentamos linhas acima, o MPE alega, em síntese, que o conjunto probatório amealhado aos autos dá suporte à condenação, ao tempo em que desautoriza a tese de negativa de autoria, acolhida pelo Conselho de Sentença.

In casu, em que pesem os respeitáveis argumentos recursais, devo dizer que a soberana decisão do eg. Conselho de Sentença é insindicável, por ter acolhido a tese que lhe pareceu mais convincente – negativa de autoria –, a qual encontra, sim, suporte no arcabouço probatório.

Conforme ponderou a Procuradoria Geral de Justiça, em seu parecer conclusivo, às fls. 603/605,

[...] **a tese de negativa de autoria encontra apoio no interrogatório de Josenilson Rocha Durans**, registrado no DVD de fls. 513, em que o mesmo nega ser ele e o corréu autores do crime em questão, **assim como nos depoimentos das testemunhas José Ribamar Barros dos Anjos e Maria José Lobato Rodrigues**, registrados no mesmo DVD de fls. 513, vez que **o primeiro sequer esteve presente no local do crime e ambos afirmaram não conseguirem identificar o autor do crime em questão**, o que, por certo, contribuiu para a opção do Conselho de Sentença [...].

(Destaques não constam no texto original)

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Corroborando tais assertivas, anoto nas linhas seguintes, excertos do depoimento da testemunha Maria José Lobato Rodrigues, no plenário do júri (DVD – fls. 513):

Que na época dos fatos trabalhava numa lanchonete, localizada bem na entrada da Vila Palmeira, próximo ao Parque Folclórico; Do que lembra dos fatos, acha que era um domingo, à tarde, por volta das 02h00 ou 03h00 da tarde; Que a declarante confirma as declarações prestadas anteriormente; Que não conhecia e nunca tinha visto o acusado Josenilson Rocha Durans, presente na sessão de julgamento; Que quando estava trabalhando na lanchonete, **recorda que uma pessoa pediu uma carteira de cigarros, mas não tem certeza de quem seria, pois era a primeira vez que estava vendo aquela pessoa**; Que a declarante atendeu essa pessoa que pedia cigarros e, logo em seguida, ouviu uns disparos; Que sua primeira reação foi de se proteger, pois não sabia de onde estavam vindo os tiros; Que se abaixou e quando levantou já viu o rapaz no chão; Que depois reconheceu a vítima dos tiros como sendo Nilson, que momento antes havia passado de bicicleta; Que não conhecia o Jorlielson, assim como nunca tinha visto os acusados; Que apesar de trabalhar na lanchonete, não ficava à noite; Que somente trabalhava pela manhã; Que hoje é professora, mas naquela época, trabalhava durante o dia para pagar o cursinho, a fim de que pudesse pagar a faculdade; Que já conhecia a vítima e sabia que ele morava próximo à lanchonete; Que a vítima frequentava a lanchonete; **Que confirma seu depoimento anterior quando disse que essa pessoa que pediu os cigarros para a declarante, no dia dos fatos, guardava feição com a pessoa do Jorlielson, mas não tem certeza se essa pessoa estava acompanhada de outra pessoa**; Que no dia, viu uma pessoa na parada, mas não sabe dizer quem era, nem se fazia companhia a essa pessoa que disse parecer com Jorlielson; Que olhou o corpo da vítima e reconheceu como sendo de Nilson Baleia, até porque ele tinha passado de bicicleta; Que quando foi olhar quem era a vítima, viu que o Nilson havia caído da bicicleta; Que acredita que a vítima deve ter caído quando foi atingida pelo disparo; Que a vítima era alto e forte, não era gordo nem obeso, talvez 1,75m de altura; Que essa pessoa que pediu os cigarros era novo, negro, e tinha o cabelo baixinho; **Que foi tudo muito rápido; Que não viu se a pessoa tinha alguma tatuagem**, pois a lanchonete ficava em uma área de declive, ficando a declarante em um nível que somente dava para ver o rosto dos clientes; Que acha que foram mais de três tiros; Que sua reação após o crime foi fechar a lanchonete e ir embora, pois estava muito nervosa; Que depois foi intimada pela delegacia a prestar

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

esclarecimentos; Que não se recorda a cor da camisa dessa pessoa que pediu os cigarros, assim como não viu se esta estava armada; Que depois do ocorrido soube que a vítima tinha envolvimento com o tráfico de drogas; Que as pessoas comentavam que o crime teria ocorrido por disputa por ponto de drogas, outros afirmaram que foi por acerto de contas, por conta de uma outra morte que tinha ocorrido, que Nilson tinha dado uma arma para outra cometer um crime, mas isso tudo não tem prova concreta, eram só o que as pessoas comentavam; Que do dia dos fatos, lembra que após os tiros, se levantou, quando viu duas pessoas correndo, atravessando a pista, em direção ao Complexo Esportivo do Castelão, mas não percebeu se estas estavam empunhando armas; **Que quanto ao acusado presente na sessão de julgamento (Josenilson Rocha Durans), a declarante não viu se este estava no dia dos fatos, assim como não tem como confirmar se Jorlielson, pois tem dúvidas, se este foi a pessoa que comprou os cigarros na lanchonete.**

Do depoimento da testemunha José Ribamar Barros dos Anjos colhido em plenário do júri, extraio as seguintes passagens (DVD – fls. 513):

Que é policial civil; Que perguntado o que se lembra dos fatos, o depoente respondeu que só lembra porque na época do homicídio estava de plantão da Refesa; Que foi arrolado como testemunha de apresentação; Que perguntado se conhecida o acusado presente na sessão de julgamento (Josenilson Rocha Durans), o depoente disse que era a primeira vez que estava vendo; Que o outro acusado, ausente na sessão (Jorlielson Chagas Martins) somente conheceu quando de sua apresentação na delegacia; Que não conhecia a vítima; Que no dia do plantão, recorda que estava trabalhando com a Dra. Maria do Carmo, que presidiu o flagrante, o agente Robson e outro não recorda; Que não se recorda a hora que o Jorlielson foi apresentado, somente lembra que foi à tarde; Que não conhecia o condutor da prisão, bem como não lembra se este estava fardado, nem de suas feições; Que se hoje olhar a pessoa que foi apresentada naquele dia na delegacia, o declarante não é capaz de identificar, pois faz muito tempo; Que não acompanhou o interrogatório da pessoa apresentada na delegacia; Que na verdade acompanhou muito pouco do caso; Que não lembra se o mesmo foi apresentado com uma arma de fogo.

Considerando, portanto, que o veredicto encontra apoio nos autos, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

De rigor, a decisão dos jurados restou baseada em uma das teses apresentadas no decorrer do processo, e inobstante reconheça que também possam existir nos autos provas que poderiam, em tese, conduzir à condenação dos recorridos, as peculiaridades que permeiam o Tribunal do Júri não autorizam esse tipo de análise sobre o juízo de convicção dos jurados¹⁰.

Assim, havendo nos autos elementos probatórios, mínimos que sejam, sustentando a tese defensiva, os juízes leigos têm a liberdade de abraçá-la, porque lhes pareceu mais convincente, sendo insidicável sua decisão, nesse aspecto, em homenagem à soberania dos veredictos, constitucionalmente assegurada, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea c¹¹.

Seguindo essa linha de raciocínio:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO CONSUMADO E HOMICÍDIO TENTADO. PREVALÊNCIA DA TESE NEGATIVA DE AUTORIA, SUSCITADA PELA DEFESA. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. INACOLHIMENTO. DECISÃO QUE ENCONTRA APOIO NO CONJUNTO PROBATÓRIO. OPÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS PELAS PARTES. - À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. 1. O julgamento impugnado pelo Ministério Público deve ser mantido, uma vez que a tese negativa de autoria, sustentada pela defesa, encontra apoio nas provas colhidas. Na verdade, os jurados adotaram uma das versões apresentadas durante a instrução processual, pelo que, conforme entendimento jurisprudencial consolidado, não se pode falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos¹².

Vale destacar, nesse diapasão, que a valoração da prova testemunhal, pelo Conselho de Sentença, é marcada pela nota da subjetividade, já que a obrigação jurídico-constitucional de fundamentação das decisões, imposta aos juízes togados, não se

¹⁰ Que julgam com base na íntima convicção, insisto em repisar.

¹¹ XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: [...]

c) a soberania dos veredictos; [...].

¹² TJ-PE – APL nº 1116520008171220, Relator: Gustavo Augusto Rodrigues De Lima, Data de Julgamento: 03/04/2012, 4ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 70.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

estende ao Tribunal do Júri, cujas razões de decidir, mais uma vez enfatizo, são marcadas pela íntima convicção.

Para trazer luzes ao debate, salutar a transcrição de paradigmático aresto do Tribunal da Cidadania, da lavra do eminente Min. Jorge Mussi, que delinea, com precisão, tais especificidades das decisões tomadas pelo Tribunal Popular:

- [...] 1. Interposto recurso de apelação contra a sentença proferida pelo Tribunal do Júri sob o fundamento desta ter sido manifestamente contrária à prova dos autos, ao órgão recursal se permite apenas a realização de um juízo de constatação acerca da existência ou não de suporte probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes do Conselho de Sentença, **somente se admitindo a cassação do veredicto caso este seja flagrantemente desprovido de elementos mínimos de prova capazes de sustentá-lo.**
2. Na hipótese, o Tribunal de origem, ao analisar a insurgência manifestada pela defesa, negou provimento ao reclamo, considerando que o veredicto do Conselho de Sentença encontrou arrimo no conjunto probatório produzido nos autos, concluindo, por esta razão, pela manutenção do julgamento realizado pela Corte Popular.
3. O fato do voto condutor do acórdão objurgado ter desconsiderado o depoimento de uma das testemunhas prestado em juízo, invocando a sua contrariedade com as declarações externadas na fase inquisitorial não autoriza, por si só, a conclusão de que a condenação do paciente deu-se exclusivamente com base em prova não admissível para tanto, tendo em vista que, conquanto seja pacífica a orientação segundo a qual nenhuma condenação pode estar fundamentada exclusivamente em provas colhidas no inquérito, tal entendimento deve ser visto com reservas no âmbito do procedimento dos crimes dolosos contra a vida.
- 4. A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXVIII, alíneas "b" e "c", conferiu ao Tribunal do Júri a soberania dos seus veredictos e o sigilo das votações, tratando-se de exceção à regra contida no inciso IX do art. 93, razão pela qual não se exige motivação ou fundamentação das decisões do Conselho de Sentença, fazendo prevalecer, portanto, como sistema de avaliação das provas produzidas a íntima convicção dos jurados.**
5. Após a produção das provas pela defesa e pela acusação na sessão plenária, a Corte Popular tão somente responde sim ou não aos quesitos formulados de acordo com a livre valoração das teses apresentadas pelas partes. Por esta razão, não

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

havendo uma exposição dos fundamentos utilizados pelo Conselho de Sentença para se chegar à decisão proferida no caso, **é impossível a identificação de quais provas foram utilizadas pelos jurados para entender pela condenação ou absolvição do acusado**, o que torna inviável a constatação se a decisão baseou-se exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial ou nas provas produzidas em juízo, conforme requerido na impetração.

6. O *habeas corpus* não é a via adequada ao juízo de constatação acerca da existência de suporte probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes da Corte Popular, pois demandaria análise aprofundada do conjunto fático-probatório formado nos autos, vedada na via estreita do remédio constitucional.

7. Ordem denegada¹³.

(Sem destaques no original).

Endossando essa conclusão, a doutrina é contundente ao asseverar que:

[...] o legislador permitiu, em casos de decisões destituídas de qualquer apoio na prova produzida, um segundo julgamento. Prevalecerá, contudo, a decisão popular, para que fique inteiramente preservada a soberania dos veredictos, quando estiver amparada em uma das versões resultantes do conjunto probatório. [...]¹⁴.

Certamente, a soberania dos veredictos e a íntima convicção do julgamento popular não autorizam o arbítrio, e isso o legislador quis, de fato, evitar, ao prever a hipótese de fundamentação vinculada¹⁵ do recurso de apelação contra suas decisões, calcada no art. 593, III, *d*, do CPP.

A dicção do preceito – “**manifestamente contrária à prova dos autos**” – revela que só é lícito aos Tribunais togados rever a decisão popular de forma excepcionalíssima, em seu aspecto fático, quando o descompasso entre o acervo probatório e a decisão respectiva for gritante, aviltante, o que não é o caso dos autos.

Portanto, à luz de circunstanciada análise dos argumentos expendidos, contrapostos ao repertório probante, especialmente aquele produzido em sessão plenária

¹³ STJ - HC 143.419/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 14/02/2012, DJe 29/02/2012.

¹⁴ GRINOVER, Ada Pellegrini, FILHO, Antonio Magalhães Gomes e FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais**. 5ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 123.

¹⁵ Súmula nº 713, do STF: “O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição”.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís- MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

de julgamento, reafirmo que as absolvições devem permanecer lídimas, respeitando-se a decisão soberana do eg. Tribunal do Júri Popular.

Com as considerações supra, de acordo com o parecer ministerial da d. Procuradoria Geral de Justiça, nego provimento ao recurso, para, nessa balada, manter a sentença vergastada, em todos os seus termos.

Cumpra-se o disposto no art. 201, § 2º, do Código de Processo Penal, através de qualquer meio idôneo.

Em observância à Tabela de Honorários da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Maranhão¹⁶, fixo os honorários advocatícios no valor de R\$ 1.730,00 (um mil e setecentos e trinta reais), a serem pagos pelo Estado do Maranhão ao defensor dativo nomeado para apresentar as contrarrazões recursais, Dagoberto Nava da Silva Filho, OAB/MA nº 9.217 (fls. 593).

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, ___ de março de 2015.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR

¹⁶ Disponível em : <http://www.oabma.org.br/servicos/tabela-de-honorarios>